

NÓS LEMOS

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1834-1984)*. — Coimbra: BGCUC, 1982. — 215 p.

Mas não tem a BGCUC leva a cabo uma intensa pesquisa, que penso deva vir a ser de exemplo e meditação de principais bibliotecas portuguesas, a começar pela Biblioteca Nacional.

Na verdade, é cada vez mais frequente o recurso às publicações periódicas e sobretudo ao jornal, como fonte histórica local.

Olíviera Marques, no seu *Guia do História da 1.ª República Portuguesa* (Lisboa, Estampa, 1981) diz, p. ex. que não se poderá conhecer a história do País durante a 1.ª República, qualquer que seja o aspecto considerado, sem penetrar na problemática regional e local... acrescentando que «a melhor fonte são evidentemente os jornais e outras publicações periódicas...».

É claro que começam a multiplicar-se iniciativas da imprensa local, que vão dando uma panorâmica do que se foi publicando em diversas localidades do país.

Porém, dado que esses trabalhos não são feitos por bibliotecários e face à generalizada indigência das nossas bibliotecas municipais, mesmo relativamente a coleções locais, a informação é muitas vezes incompleta e a pergunta põe-se constantemente: «E onde encontrar esses jornais?» «O que é que existe nas nossas principais bibliotecas?» E lá começa a traja de correspondência, as consultas, a peregrinar por Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, para se saber o que possuem cada uma das suas bibliotecas.

Com este catálogo, as respostas já começam a surgir, de uma maneira organizada por ordem alfabética, dos 3265 títulos mencionados, do índice dos respectivos e sobretudo do índice geográfico, o investigador interessado nas publicações portuguesas já pode pelo menos ir e saber o que a BGCUC tem e pode oferecer a cada resposta.

Sobre outros aspectos relativos ao interesse e importância histórica, cultural e social das publicações periódicas, limito-me a remeter o leitor para o ob-

jetivo profano da obra, de autoria de J. F. Almeida Falcão.

Esperamos pois que este trabalho, minucioso e acessível trabalho de Lúcia M. Veiros e J. M. Melo de Sousa, (também para nós, bibliotecários, um importante instrumento de referência bibliográfica, não só para nós, coimbranos), seja de incentivo para a elaboração de catálogos semelhantes a outras bibliotecas, que possuem ricos mas ignorados acervos de publicações periódicas portuguesas.

Henrique Barreto Nunes

CARDEIRAS, James — *The Publicist's Library: materials selected and arranged*. 2nd. edition. — New York: Academic Press, 1982. — XIII, 290 p.

Lege de ser um manual sobre o uso mesmo de meios audiovisuais, trata-se aqui de uma obra de experiência sobre a filosofia de um trabalho em bibliotecas. O ponto de partida fundamental é o de que a biblioteca, enquanto tal, nunca existiu em si mesma, deverá orientar-se para os usuários, não se limitando a servir os interesses imediatos dos seus utilizadores. Cabe-lhe, portanto, um papel extremamente dinâmico.

Deverá, para isso, fazer em cada caso uma análise sociológica, servindo-se de inquéritos e de sondagens de opinião, isto tendo sempre presente a sua obrigação de servir toda a informação necessária, ou melhor, toda a informação pertinente para cada situação.

Esta primeira parte conduzirá necessariamente a uma seleção dos materiais e que implicará o que de diversos tipos de referências, dadas e toda vez sobre exploração da informação.

Por um seguida o Autor considerará ainda cada um dos meios audiovisuais, estudando as suas características do ponto de vista do seu interesse para a biblioteca.

De acordo com o que acima se mencionou, trata-se de uma obra fundamentalíssima técnica.

Maria de Conceição Galvão Gonçalves

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1641-1910)*. — Coimbra: BGUC, 1983. — 315 p.

Mais uma vez a BGUC leva a cabo uma iniciativa pioneira, que penso deverá servir de exemplo e meditação às principais bibliotecas portuguesas, a começar pela Biblioteca Nacional.

Na verdade, é cada vez mais frequente o recurso às publicações periódicas e sobretudo ao jornal, como fonte histórica imediata.

Oliveira Marques, no seu *Guia de História da 1.ª República Portuguesa* (Lisboa, Estampa, 1981) diz, p. ex. que «não se poderá conhecer a história do País durante a 1.ª República, qualquer que seja o aspecto considerado, sem penetrar na problemática regional e local...», acrescentando que «a melhor fonte são evidentemente os jornais e outras publicações periódicas...».

É assim que começam a multiplicar-se inventários da imprensa local, que vão dando uma panorâmica do que se foi publicando em diversas localidades do país.

Porém, dado que esses trabalhos não são feitos por bibliotecários e face à generalizada indigência das nossas bibliotecas municipais, mesmo relativamente a colecções locais, a informação é muitas vezes incompleta e a pergunta põe-se constantemente: «E onde encontrar esses jornais?» «O que é que existe nas nossas principais bibliotecas?» E lá começa a troca de correspondência, as consultas, o peregrinar por Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, para se saber o que possuem cada uma das suas bibliotecas.

Com este catálogo, as respostas já começam a surgir, de uma maneira apresentada por ordem alfabética, dos 2295 títulos referenciados, do índice dos responsáveis e sobretudo do índice geográfico, o investigador interessado nos periódicos portugueses já pode pelo menos ficar a saber o que a BGUC lhe pode oferecer a esse respeito.

Sobre outros aspectos relativos ao interesse e importância histórica, cultural e social das publicações periódicas, limito-me a remeter o leitor para o elu-

cidativo prefácio da obra, da autoria de J. F. Almeida Policarpo.

Esperemos pois que este excelente, minucioso e necessário trabalho de Lúcia M. Veloso e J. M. Mota de Sousa, (também para nós, bibliotecários, um importante instrumento de referência bibliográfica, num país onde eles escasseiam), sirva de incentivo para a elaboração de catálogos semelhantes noutras bibliotecas, que possuem ricas mas ignoradas colecções de publicações periódicas portuguesas.

Henrique Barreto Nunes

CABECEIRAS, James — *The multimedia library: materials selection and use*. 2nd. edition. — New York: Academic Press, 1982. — XIII, 290 p.

Longe de ser um manual sobre tratamento de meios audiovisuais, trata-se aqui de uma série de explanações sobre a filosofia da sua utilização em bibliotecas. O ponto de partida fundamental é o de que a biblioteca, situando-se numa sociedade em mudança, deverá orientar essa mesma mudança, não se limitando a servir os interesses imediatos dos seus utilizadores. Cabe-lhe, portanto, um papel extremamente dinâmico.

Deverá, para isso, fazer em cada caso uma análise sociológica, servindo-se de inquéritos e de sondagens de opinião. Isto tendo sempre presente a sua obrigação de tornar toda a informação acessível, ou melhor, toda a informação pertinente para cada situação.

Estes primeiros passos conduzirão necessariamente a uma selecção dos materiais, o que implicará o uso de diversas obras de referência, dada a cada vez maior explosão da informação.

Faz em seguida o Autor comentários sobre cada um dos meios audiovisuais, estudando as suas características do ponto de vista do seu interesse para a biblioteca.

De acordo com o que acima dissemos, trata-se de uma obra fundamentalmente teórica.

Maria da Conceição Osório Gonçalves

USHERWOOD, Bob — *The visible library: practical public relations for public librarians*. — London: The Library Association, 1982.

Reconhecendo que poucas organizações têm como as bibliotecas tão grande capacidade de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade informada, democrática e civilizada cabendo-lhes, em especial às públicas, um papel de relevo dentro do circuito informativo, o autor estuda a aplicabilidade prática de uns tantos conceitos básicos das relações públicas na esfera deste tipo de instituições.

É sua finalidade preencher o vazio existente na literatura entre obras sobre o tema demasiado simplistas, se bem que úteis, e o estudo detalhado de trabalhos sobre comunicação e técnicas persuasivas. Para o conseguir Usherwood escreve um texto prático, bastante ilustrado, voltado para quantos se interessam por este tipo de questões; mas aqueles que tentacionem debruçar-se sobre especulações teóricas acerca do assunto também não foram esquecidos; no fim de cada capítulo é-lhes especialmente consagrada uma lista bibliográfica, que lhes permitirá informarem-se em pormenor sobre algumas das questões teóricas levantadas no decurso da elaboração da obra.

Resultante da experiência do autor, dela transparecem algumas ideias executáveis apreendidas durante uma visita aos Estados Unidos, cuja implementação nas bibliotecas públicas do Reino Unido ele segue e advoga, pesem embora as adaptações a fazer a uma nova realidade.

As relações públicas encaradas como instrumento para alcançar, preservar e maximizar os recursos existentes constituem em sua opinião, um aspecto essencial da gestão das bibliotecas públicas, seja qual for o país em que se localizem. Na primeira parte, tentando definir o conceito em questão, acentua-se na imagem das R. P. para concluir que, mais importante que uma mera definição das mesmas é a sua evidente existência e prossegue alegando que numa biblioteca serão objectivos das relações públicas, por um lado o aumento da utilização dos serviços, por outro a criação de uma imagem positiva, favorável junto da

opinião pública. Um como outro assentam no impacto, no eco da comunicação, que tem de ser devidamente orientado. Na segunda passa em revista os diversos modos de estabelecer a comunicação serviços/leitores, analisando, uma a uma, as diversas estratégias de que pode lançar mão a biblioteca pública para atingir os seus fins, tendo em vista as diversas camadas sociais e etárias cobertas pela mesma. Os meios ao seu alcance para promover os serviços vão desde a utilização de impressos com intenção determinada (variedade de publicações passíveis de ser editadas por este tipo de bibliotecas) aos meios audiovisuais (*slides*, filmes, gravações, discos), passando pelo *design* e pelas exposições até às relações com a imprensa, a rádio, a televisão ou a comunidade. Todas são de grande importância, conclui o autor, mas as últimas implicam uma preparação do pessoal que nelas trabalha obedeça a determinadas exigências, que evidência. Trata-se de uma obra de muito fácil leitura cheia de boas, curiosas e acessíveis soluções práticas.

Isabel Faria

MACGARRY, K. J. — *Da documentação à informação: um contexto em evolução*. — Lisboa: Presença, 1984. — 195 p.

Nesta obra, editada em Portugal em colaboração com a BAD, o autor pretende transmitir as suas experiências de ensino em cursos de biblioteconomia e cursos especiais sobre «informação e sociedade» ministrados a alunos de mestrado em Educação, na Universidade do País de Gales. Ela é a resultante de uma síntese de trabalhos de diversos estudiosos nos campos da biblioteconomia, informação e disciplinas afins e tem como objectivo a análise da informação nos seus estádios de: produção, recolha, organização, armazenamento e difusão facultando, ao mesmo tempo, uma visão diacrónica de cada uma destas questões.

Para levar a cabo este estudo McGarry centra-se em grandes tópicos, que vão desde o conhecer e ser informado, passam pela análise dos meios de armaze-

nagem e difusão de informação, dos problemas relacionados com o controlo e troca de informação na sociedade e chegam até à organização social do conhecimento, à cultura e às consequências da informação na transformação social. Ao problema da transmissão do conhecimento, desde o estudo dos suportes e escritas como veículo informativo e às fases do desenvolvimento da comunicação (oral, alfabética, impressa) é dedicado também espaço considerável.

A urbanização e primórdios das bibliotecas, a instrução e o acesso à informação, a abordagem dos novos meios de comunicação e o estudo do impacto social das comunicações e da tecnologia da informação, a evolução do contexto da instrução, as questões relacionadas com o público leitor e as mudanças operadas pela revolução industrial, que implementou novos meios de comunicação, tudo aí vem aflorado.

Uma parte do texto é ainda consagrada ao estudo das comunicações no futuro; nela são examinadas as possibilidades futuras de transferência da informação na sociedade.

Os problemas causados pela explosão informativa e o modo de os resolver, as questões levantadas pelo controlo bibliográfico, pelo acesso ao mundo dos documentos e pela coordenação nacional das políticas da informação ou os grandes temas como informação e mudança social ou economia e política informativa são também analisados.

O trabalho é organizado com base numa metodologia, que nos parece de evidenciar. Após uma exposição teórica da matéria o autor retoma sistematicamente os aspectos fundamentais da mesma e propõe tópicos para discussão, apresentados como remate a cada um dos grandes capítulos em que a obra está dividida.

De assinalar também a apresentação de uma bibliografia final, constituída por monografias e artigos de revista. Ela pretende ser uma sugestão de leituras e de temas desencadeados pelas reflexões acabadas de levar a cabo, daí que esteja directamente referenciada em relação aos capítulos apresentados.

Isabel Faria

DICTIONARY OF ARCHIVAL TERMINOLOGY — DICTIONNAIRE DE TERMINOLOGIE ARCHIVISTIQUE, *English and French, with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian and Spanish* / Edited by Peter Walne; compiled by Frank B. Evans, François-J. Hilmy and Peter Walne. — München: New York: London: Paris, 1984. — (ICA Handbook Series; vol. 3).

O dicionário da terminologia arquivística era um desideratum urgente dos arquivistas, e é com toda a razão que os seus autores agradecem à UNESCO e ao CIA pelo fomento generoso. Acreditamo-los quando falam das grandes dificuldades do trabalho, que também custou muito tempo (1977-1984). O dicionário substitui, como declaram os próprios autores, o lexicon de ELSEVIER do ano de 1964. Não somente surgiram nos arquivos, naqueles últimos 20 anos, a técnica do microfilme, o computador e o *record management*, mas tornaram-se mais intensos e estreitos o intercâmbio internacional e os contactos colegiais, como mostra já a noção de *records management*. A nova obra tem quinhentos e três artigos em vez dos cento e setenta e cinco. Ao mesmo tempo aparecem os limites no método para livros deste género, quando se tenta fazer numa única obra um dicionário (sete-lingue) e um lexicon ou seja dicionário *raisonné*. No fundo, este manual é um lexicon inglês com extensas definições, segundo os arquivos britânicos — e isto quer dizer europeus — com definições paralelas em francês ou com explicações em francês e expressões relativas em holandês, alemão, italiano, russo e espanhol. Por outro lado, a ligação destas línguas com o tema — tecnicamente feita com cifras — resulta imperfeita por vezes. As diferenças nascem naturalmente das diferentes tradições e administração do país, mas não molestam quando se sabe o que diz o outro. O germanófono deve saber ou aprender neste livro que, nalgumas línguas, *arquivo* inclui arquivo corrente (Registrator), ou que *arquivista* diz também Registrator; o hispanófono verá que ao triplo esquema: *guía, inventario* e *catálogo* corresponde só, na Alemanha e na França, uma duplicidade. As referências garantem que as defini-

ções são «sufficiently general and broad outline to include the essential elements in varying national legally enacted definitions». Poder-se-ia mudar o limite entre termos medievais, inclusive das ciências auxiliares da história, em favor de novos e novíssimos termos: não estão *datae extremas* (das actas), *impresso volante*, *protecção dos dados* para só citar estes três. Esta obra estabelecerá ou aperfeiçoará, com certeza, os contactos

com outras disciplinas, estimulará glosários nacionais, p. e. da língua portuguesa para três continentes; será útil o raciocínio permanente sobre a própria realidade profissional para a nossa língua técnica. Devemos dar graças ao editor e seus colegas!

Düsseldorf, Dezembro de 1984

Rolf Nagel